

ROSI WAIKHON

POVO:

WA'ÍKHANA/PIRÁTAPUIA

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**MESTRE EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
PELA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO AMAZONAS (UFAM), DOUTORA
EM ANTROPOLOGIA SOCIAL PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA (UFSC)**

HISTÓRIA DE VIDA

UMA TRAJETÓRIA NA ARTE

Waíkhon significa *mulher indígena* no feminino. Escolhi usar esse sobrenome artisticamente. Não uso meu nome indígena (recebido no nascimento) em público porque aprendi que deve ser usado só quando eu estiver sendo benzida, pois expondo fico vulnerável. Parece algo irrelevante para a sociedade não indígena, mas levo a sério.

Minha trajetória artística é algo que gosto de falar. Havia finalizado um trabalho de assistente de pesquisa com a antropóloga Marta Azevedo em São Gabriel da Cachoeira e em busca de outro trabalho tentava comprar passagem aérea pra Manaus. Chegando no escritório da empresa, a funcionária disse que o avião estava fretado e disponível para um grupo de artistas indígenas que iam fazer uma apresentação no SESC em São Paulo. Perguntei para a moça: tens algum nome de referência? Ela respondeu: é Alvaro Tukano, ele nesse momento está na sede da FUNAI. Logo corri para lá, e fui conversar com ele explicando que precisava deslocar para Manaus e se não poderia me incluir no voo. Ele perguntou se eu sabia dançar “Carriçú”, respondi que sim, então ele respondeu ‘vamos conosco para São Paulo, estamos precisando de uma dama’. E assim fui direto para um ônibus onde estava todos os indígenas e assim que entrei havia um lugar vazio, do lado um Sr. de mais idade. Fui apresentada a ele que seria sua dama; ele não gostou “você é muito jovem...”. Fiquei de certa forma incomodada, mas fiquei em silêncio. E assim fui junto com o grupo para São Paulo. Quando chegamos lá percebi que era um mega evento. Fomos alojados num hotel bem bonito e deram informes sobre o evento e os dias de nossa apresenta-

ção. O nome do evento era “Mundão”, no SESC Santo Amaro, quando lá chegamos haviam artistas brasileiro e de várias partes do mundo. Ganhamos um crachá que permitia que tivéssemos acesso nas diversas apresentações, recordo que não sabia dimensão do evento e que nem todos tinham acesso. Lembro que em um dado momento estava ocorrendo a apresentação de um grupo e uma jovem pediu emprestado meu crachá para entrar, eu sem pensar dei para ela, depois fiquei preocupada para tê-lo de volta, mas ela devolveu. No dia da nossa apresentação fomos no camarim nos arrumarmos e aconteceu algo que me marcou profundamente. Eu estava super animada colocando adereços, pintando a face e o corpo juntos com outras mulheres e vi uma que mantinha uma corrente com uma medalha de imagens católicas no pescoço, então me aproximei e disse pra ela retirar no momento da apresentação, depois usar novamente. Ela delicadamente pôs a mão na medalha com um gesto de proteção para que eu não retirasse. Sinceramente senti como uma pessoa muito ruim, na ocasião pedi com intenção de entramos somente com ornamentos indígenas. Me senti mal por ter pedido à mulher que o retirasse e, da situação, aprendi que não posso mudar processo de contato com o mundo branco e sim convivê-lo com eles. Foi uma primeira experiência de atuação da apresentação de nossas danças e cantos. Foi uma performance marcante que ajudou a ter uma visão ampla sobre valorização dos conhecimentos dos avós. Dediquei mais tempo recordando as narrativas, escrevendo.

Quando criança em Tapuruquara (Santa Isabel), uma das apresentações que recordo foi apresentação de um “dabucuri”; meu par era estranho, ele tinha uns cabelos castanhos e a pele branca, quando entramos no palco o público ria de nós, nunca esqueço, imaginava que riam porque éramos crianças apresentando algo

sem muita organização. Um outro momento que recordo é de uma apresentação de dança folclórica de festas julinas, eu estava toda arrumada e meu cavalheiro não havia ido, então improvisaram um par e coloracaram um chapéu de papel enorme nele e assim fomos apresentar e percebi que o público apontava: “olha que chapéu grande” – e davam gargalhadas.

Anos depois no movimento indígena sempre que finalizavam reuniões e assembleias fazíamos apresentação, dançando Cariçú, a performance que mais gostava era da “plantando pimentas” e das “borboletas”. Geralmente quem toca instrumentos e produzem melodia são os cavalheiros. Tenho registro de uma performance durante o período que estava como liderança representativa.

ESTUDOS

Eu nunca quis estudar, meu sonho sempre foi ficar em casa do lado dos meus pais, de meus irmãos e parentes, ouvindo as histórias de meus avós, viajando para sítios de meus tios, colhendo frutas, tomando banho de rio, correndo na praia e cuidando das plantas. Ainda criança meus pais me convenceram a estudar e incentivaram. Disseram que era para entender o mundo dos brancos e assim defender nossa terra, porque meu bisavô Caetano disse que chegaria um tempo em que teríamos problemas de invasão do povo branco em nossas terras. O meu pai fala seis línguas: Português, Pirá-tapua, Tukano, Nheengatu, Castelhana e Yanomami. Queria escrever para contar processo de violência contra meus Avós. Meu avô dizia que tinha que estudar para defender a terra e assim podermos viver nela.

Tenho um irmão mais velho, formado em Ciências Sociais, e uma irmã mais velha que se formou em Pedagogia. Nas primeiras sé-

ries eu me apaixonei pelas “ciências”, pela prática do experimento do feijão. Nas férias, quando ia para roça com meus pais, eu queria sempre levar algo da roça para meus coleguinhas. Em um retorno das férias, levei umas folhinhas de bananeira para mostrar que eu havia feito uma saia com as folhas. Em outra, um ossinho de *cabeçudo* (espécie de tartaruga), que meu avô havia preparado para me mostrar como o pequeno osso vibrava de um lado para o outro. Para mim aquilo era fantástico, foi feito pelo meu avô durante dias. Ele secou, furou, pintou, buscou fios de nylon, teceu, enfim, teve um trabalho. Mas meus professores não deram nenhuma atenção, falaram que aquilo não tinha nada a ver com Ciência. Passei a ter raiva de meus professores e pensava: “um dia vou ser cientista”. (risos)

Inicialmente não entendia o que era seguir uma carreira, meus pais sempre diziam: “Estuda áreas diferentes para entender um pouco de cada coisa”. Um dia, na escola, ouvi uma colega falando do Curso de Medicina na UFAM. Eu perguntei como era, ela respondeu que era para cuidar das pessoas, então respondi: “Meu bisavô fazia isso, ele cuidava das pessoas” (meu bisavô era Yaí e cuidava das pessoas). Diante disso, assim que terminei o Ensino Médio em 1993, preenchi um questionário de aproximadamente cinco páginas, onde tive que responder perguntas como orçamento da família, condições de moradia etc. Pelas perguntas já eliminava qualquer candidato, mesmo assim prestei o vestibular. Obviamente não passei. No decorrer do caminho, encontrei o Historiador Márcio Meira, que fazia pesquisa na região (na época eu lecionava História do Amazonas, na escola Santa Isabel). Daí achei interessante estudar História, assim, no ano seguinte fiz novo vestibular na UFAM e não passei.

Em 1997, a UFAM promoveu um vestibular na área de Ciências Sociais e Filosofia. Só poderiam participar professores que estavam dentro de sala de aula, infelizmente eu não pude fazer porque havia sido demitida, um dos motivos da demissão “falava muito sobre história de violência dos brancos contra população indígena”.

Em 2005 fui contratada pela Escola Dom Miguel, em São Gabriel da Cachoeira. Tive oportunidade de prestar o vestibular Normal Superior (curso específico para lecionar no Ensino Infantil e 1ª série inicial), terceiro grau para professores do interior do Amazonas. Em 2007 prestei vestibular na Licenciatura em Ciências Biológicas da UFAM, modalidade à distância, específico para professores em Sala de Aula para poder lecionar no Ensino Médio. Durante esse percurso, conheci diversos antropólogos que desenvolveram pesquisa na região do Alto Rio Negro e vi o olhar, as atitudes deles em nossa região, e diante disso, quando recebi a bolsa da Fundação Ford, optei por fazer Antropologia e ao mesmo tempo graduar-me em Ciências Biológicas. Profissionalmente sou Bióloga.

Diante dessa trajetória, diria que seguir uma carreira (pensando no mundo branco) é algo para o mundo branco. Para mim, se meus pais disseram que eu deveria conhecer um pouco de cada coisa para defender nossas terras, devo afirmar que minha “carreira” é aquela pela qual eu me apaixonei quando criança, a de Cientista. Não sou Professora, Bióloga e nem Antropóloga, sou uma cientista indígena. Na graduação em Ciências Biológicas trabalho de conclusão de curso foi “Gestão Ambiental no olhar indígena”. No mestrado estudei a criança indígena e o processo próprio de aprendizagem. No doutorado dei continuidade estudo na antropologia da criança e defendi a tese sobre as habilidades e saberes

importantes para viver no alto Rio Negro, o qual foi fundamental para trazer a memória e sabedoria dos meus Avós .

Finalizei doutorado em novembro de 2021. Voltar à área implica envolver-se com projetos. Estou interessada em montar uma rede de pessoas que trabalhem com sustentabilidade no Rio Negro. De fato, para mim só faz sentido estudar se houver um plano de retorno.

Fui orientada quando criança a viver o presente, então a palavra “futuro” soa um tanto estranha. Diria que não tenho futuro, o futuro é algo que não existe. Penso que muitas pessoas que se preocupam com o futuro deixam de viver cada momento presente de suas vidas. Das coisas importantes que estão no meu presente, é compartilhar o que sei com os outros, é não deixar nada para depois, desde as coisas pequenas, como quando eu compro uma roupa, um sapato, por exemplo, não guardo para usar no futuro, eu logo uso. Quando consigo um trabalho remunerado, compartilho com minha família, meus parentes, porque é assim que aprendi. Tenho que ajudar sempre, mas é uma das coisas que vejo que está se perdendo com geração escolarizada. Após finalizar o Mestrado, consegui um trabalho na Assistência Técnica Rural Indígena. Parte do meu salário eu dediquei ao trabalho voluntário junto às famílias indígenas, organizando a produção da roça e o artesanato para comercialização.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTOS INDÍGENAS

A política indigenista pensada pelo Estado envolve temas importantes para serem pensados. Na prática, é difícil acontecer como deveria, sobretudo a questão do território e o uso de nossas terras.

Embora o Estado garanta o direito de uso, ficamos vulneráveis porque a qualquer momento, quando for do interesse dos grupos políticos no poder, eles passam por cima das leis. A FUNAI poderia contribuir muito, mas grande parte dos profissionais não cumpre e não leva a sério o objetivo proposto. Uns têm uma visão paternalista, outros entraram apenas para ingressar no emprego público; são poucos funcionários que executam de fato os trabalhos junto às comunidades indígenas. Isso vale para instituições como Escolas, Saúde Indígena, entre outros. Já a política indígena é pensada pelos próprios indígenas através das organizações criadas para o diálogo com o Estado. Me parece mais viável para garantia de nossos direitos, mas percebo certo afastamento de algumas lideranças indígenas quando são tomadas pelo encantamento do mundo branco (o dinheiro). Eles perdem os ensinamentos de nossos avós, aqueles sobre agirmos com sabedoria e ajudar coletivamente.

Da forma como foi pensado inicialmente, o Estatuto do Índio exclui a capacidade de pensar os povos indígenas como protagonistas, sobretudo quando se tem a ideia de “incapacidade” e de “integralização”. Eu não participei, mas existiu uma reformulação do Estatuto com participação de representantes indígenas, atualmente parada no congresso, por isso penso que é necessário as lideranças fiquem atentas.

Sem território não tem alimento, sem alimento não tem saúde e educação, ou seja, a vida. Muitos povos indígenas estão sem seus territórios porque foram expulsos. As políticas de saúde e educação são importantes e de direito para os povos indígenas acessarem, mas vejo que as execuções dessas políticas não ocorrem como deveriam. Constatei casos terríveis dos acompanhantes dos pacientes indígenas por profissionais da saúde em 2011. Isso en-

quanto acompanhávamos minha mãe, que havia fraturado o fêmur. Ela não foi com recurso da saúde indígena porque não tem certidão indígena, o que considero uma afronta, ser obrigada a ter um papel para dizer quem somos. Outros, que a meu ver não são indígenas, devem se sentir seguros com papéis expeditos pelo Estado atestando que são índios. Nossos ancestrais não precisam de papel para dizer que sou Pirá-tapuia, e gerações e gerações me reconhecem como tal. Os indígenas ficam jogados pela varanda dos hospitais; mesmo com muita dor no coração, eu não podia fazer nada, pois na cidade, com pouco dinheiro, só podia dar atenção para minha mãe. É aí que tenho sérias críticas aos que trabalham/executam políticas de saúde para povos indígenas sem sensibilidade nenhuma. Há anos meus avós se recusavam a ir aos hospitais por conta disso. Eles preferiam as curas através dos benzimentos, ervas medicinais. É isso que penso que devemos fortalecer. Quanto à educação, é bonita a teoria, mas acabamos indo no mesmo caminho de uma educação onde se tem o controle do estado (saber, escrever, ter um certificado e arrumar um emprego), e na minha opinião, isso não faz muito sentido.

O reconhecimento do Estado é importante, mas a meu ver, a FUNAI, como órgão indigenista, tem muito a contribuir para que isso ocorra de fato. Por exemplo, temos direito a documentos pessoais, mas até chegar a retirar documentos básicos não é fácil, principalmente para quem mora em comunidade distante. Deveria haver um diálogo com as instituições de governos para que de fato isso venha a se concretizar. Mas, pensando no Brasil, primeiro deve-se reconhecer o território. E das áreas reconhecidas, deve-se dar atenção para que não sejam invadidas pelos garimpeiros, madeireiros, etc.

Só em 2004 conseguimos formar um departamento de mulheres indígenas na FOIRN (Federação de Organizações Indígenas no

Rio Negro). A COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica) foi depois. O Departamento de Mulheres Indígenas da FOIRN voltou-se inicialmente para o trabalho de mobilização comunitária com famílias no entorno de São Gabriel e revitalização de trabalhos como cerâmicas, tucum, fortalecimentos de roças para geração de renda. Na época em que estive como diretora (secretaria executiva) representante na FOIRN, moveu-se uma ação contra pais que não assumiam a paternidade, para que a assumissem e paguem pensão, foi uma ação prática e com resultados importantes para crianças.

PATRIMÔNIOS

Eu não sei o que seria o mundo sem as Artes; gosto de Poesia, desenhar meus sonhos, escrever qualquer coisa que me dá vontade, e recuperar os utensílios de meus avós. Me encanta a ideia de colecionar algumas para uso, outras para ornamentar minha casa. Uma de minhas atividades foi colaborar junto às comunidades para a revitalização da arte para exposição e comercialização local, donas das roças os artesãos como protagonistas.

Fiz uma disciplina de Antropologia do Patrimônio Cultural. Sinceramente, nunca tinha ouvido falar essa palavra, daí fiquei pensando que o único patrimônio que tenho é a voz do meu avô gravada (eu não deveria ter, pois quando eles morrem não devemos guardar nada, nem mesmo a casa deles, ela deve ser queimada). Refletindo sobre isso, hoje creio que entrei em outro universo tentando guardar alguns objetos (risos).

A primeira vez que entrei em um museu, achei estranho e triste. As peças pareciam não ter vida e trazia um ar de algo que passou e morreu. Nós indígenas como algo do passado, nossos Avós se

foram, mas nossa geração está aqui continuamos a luta e revivendo a arte de nossos Avós.

Gostei muito da experiência numa viagem no EUA, onde conheci o Centro cultural dos indígenas Pojoaque, no Novo México. Fui com outros indígenas e, quando retornamos ao Brasil, conseguimos, juntamente com as mulheres indígenas, um projeto de centro cultural que se consolidou na Wariró, administrado pela FOIRN. Infelizmente, foi incendiado em 2013. Doeui muito em mim e pior foi as lideranças indígenas locais representativas na época não fazer nenhum protesto; fiquei aborrecida na época, pois aquilo era símbolo importante de nossa Arte e memória. A tristeza maior foi porque a representante da organização era uma mulher que, a meu ver, não teria o mesmo pensamento que outras mulheres sobre o valor do centro. Obviamente que cada uma tem suas razões ela pode ter as suas para o silêncio na época. Enfim sou do tipo antigo onde valorizo muito a palavra dos Avós que não escrevem nos papéis, mais que mantinham peças de cerâmicas, adereços de penas que duravam séculos.

Muitas mulheres, como minha mãe, têm enorme conhecimento sobre cerâmica, manivas, plantas, considero algo vivo e prático no fortalecimento de nossa identidade. Na atualidade, minhas escritas da academia são uma produção cultural. O sítio dos meus pais, as manivas da minha mãe, a forma como meu pai cuida das plantas, como faz as mudas, como tece um aturá, também é uma produção cultural indígena que tem valores não comerciais, mas que fazem parte de nossa memória como grupo étnico e povo. Da forma como o Estado brasileiro pensa o patrimônio indígena, parece requerer mais diálogo, cada povo indígena sabe ou tem uma definição do que é patrimônio e sua importância deve ser discutida com os próprios grupos.